



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**

REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA n.º , de de
maio de 2012.

(Do Sr. POLICARPO)

Requer a realização de audiência pública para debater a situação do transporte urbano no Distrito Federal visando o retorno da disponibilidade de transporte funcional para os servidores públicos.

Senhor Presidente,

Nos termos do Artigo 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, REQUEIRO a Vossa Excelência, ouvido o Plenário dessa Comissão, a realização de Reunião de Audiência Pública para debater a situação do transporte urbano no Distrito Federal com o objetivo da Administração Pública Federal (Direta e indireta) oferecer transporte funcional para seus servidores.

Requeiro ainda sejam convidados a participar da Audiência Pública representantes das instituições abaixo arroladas:



CÂMARA DOS DEPUTADOS

1 – Dr. José Alves Bezerra, Diretor Geral do Departamento de Trânsito do Distrito Federal/DETRAN/DF;

2 – Dr. Oton Pereira Neves, Secretário Geral do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no DF/SINDSEP;

3 – Representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; e

4– Dr. Marco Antônio Campanela, Diretor Geral do Transporte Urbano do Distrito Federal/DFTRANS.

JUSTIFICATIVA

Em um passado não tão distante, diversos órgãos da Administração Pública, especialmente os ministérios, ofereciam transportes funcionais para seus servidores, que pegavam os ônibus nas cidades satélites onde residiam para se deslocarem até o serviço. No final do expediente, esse mesmo tipo de transporte era utilizado para os servidores voltarem para casa. Com o tempo, a Administração Pública retirou esse transporte contribuindo para aumentar o número de carros nas ruas de Brasília.

Com 52 anos de existência, Brasília já é uma metrópole. Diferentemente dos objetivos que nortearam sua criação em 1960, sua urbanização gerou um crescimento desordenado e graves problemas nas áreas de habitação, emprego, saúde, educação e transporte público.

No caso do transporte, o processo de urbanização de Brasília e das cidades satélites recolocam as dificuldades de acesso ao espaço urbano. O cidadão que mora nas cidades satélites tem dificuldades crescentes de acesso aos serviços ofertados na região do plano piloto. Os servidores públicos, em particular, que trabalham nos inúmeros órgãos públicos, sediados em Brasília, precisam,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

diariamente, se deslocarem cada dia mais cedo para serem pontuais em seus respectivos órgãos.

Para demonstrar todas essas dificuldades, constatamos que a frota de veículos do Distrito Federal cresceu cinco vezes no período de uma década, agravando sensivelmente a questão da mobilidade urbana. São aproximadamente 1.233.000 veículos para 2.469.489 habitantes, consolidando uma média de um carro para cada duas pessoas.

Reportagem recente do Correio Braziliense contabilizou 14 pontos diários de congestionamentos das 7h às 19h30. Como consequência desse crescente volume de carros, os estacionamento públicos e privados são incapazes de adequar suas áreas ao número de carros existentes, gerando inúmeros aborrecimentos aos trabalhadores das empresas privadas e aos servidores públicos. Há um déficit estimado em 30 mil vagas.

O poder público local tem empenhado esforços no sentido de resolver estes problemas presentes no sistema urbano no Distrito Federal estabelecendo políticas públicas que passam pela fixação de itinerários de ônibus e metrô, ampliação das vias, e construção de veículo leves sobre trilhos (VLT), previstos no Plano Diretor de Transportes Urbanos, que terá aportes financeiros do PAC.

Recentemente, o Governo do Distrito Federal anunciou a abertura de licitação que prevê um novo modelo para o sistema de transporte público do DF. O objetivo é a renovação da frota de ônibus, reduzindo os problemas mecânicos decorrentes do envelhecimento das frotas de ônibus que circulam no DF.

Ainda, a sociedade civil vem se mobilizando para apresentar ao poder público local alternativas para a solução do sistema de transporte urbano do Distrito Federal. Neste sentido, surgem propostas que necessitam ser avaliadas como o retorno dos ônibus funcionais patrocinados pelas administrações públicas federal e estadual.

Nas décadas de 1980 e 1990, vários órgãos da Administração Federal Direta e Indireta possuíam transportes (ônibus e micro-ônibus) para seus servidores, nos trajetos residência-trabalho e trabalho-residência. Qual seria a vantagem dessa sugestão? reduzir o número de carros em circulação, melhorando substancialmente o



CÂMARA DOS DEPUTADOS

trânsito no DF, além de garantir um transporte de qualidade para os servidores.

Brasília é uma cidade de servidores públicos, especialmente, porque é sede dos Três Poderes. Sendo assim, centenas de milhares de servidores públicos utilizam hoje seus próprios carros para se deslocarem para seus locais de trabalhos. Com a volta dos ônibus institucionais, milhares de carros ficariam em suas garagens.

No entanto, devem ser estabelecidos os limites legais para o financiamento pela Administração Pública para a compra desses ônibus e, conseqüentemente, para a melhoria das condições do sistema de transporte urbano no DF.

Com a finalidade de estabelecer esse debate, sugerimos a realização de audiência pública para debater os assuntos expostos acima. Ademais, contamos com a colaboração dos membros dessa comissão para a aprovação desse requerimento.

Sala da Comissão, em de maio de 2012.

POLICARPO
Deputado Federal
PT/DF